



OCUPAÇÃO VIA PÚBLICA

Ex.mo Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome _____ contribuinte nº _____
BI / Cartão de cidadão _____ emitido em / válido até _____
morada / sede em _____
freguesia de _____ concelho de _____
código postal _____ - _____ - _____
telefone _____ telemóvel _____ correio eletrónico _____

PRETENSÃO

Na qualidade de ^(a) _____, vem solicitar a V.Exª se digne ordenar conceder a licença para ocupar a via pública com ^(b) _____ no lugar de _____, com o código postal _____ - _____ - _____, freguesia de _____ deste concelho, o qual terá _____ metros de comprimento por _____ metros de largura.
A ocupação da via pública é delimitada por tapumes Sim Não
Mais solicita que a licença lhe seja concedida pelo prazo de _____ dias.
Este pedido diz respeito ao processo de obras nº _____
Este pedido diz respeito à realização das seguintes obras _____

Autoriza a recolha, processamento e utilização de dados pessoais para efeitos da presente operação urbanística.

A Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães comunica os dados às autoridades, sempre que tenha, por lei, esse dever.

DATA E ASSINATURA

Pede deferimento

O Requerente,

Aos _____

NOTAS:

(a) Proprietário, arrendatário, usufrutuário, locatário, superficiário, mandatário ou outra;

(b) Descrever materiais / equipamentos / outros que vão ocupar a via pública



ELEMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHAR O PEDIDO

Assinalar no quadrado em branco os elementos apresentados com o requerimento.

Levantamento fotográfico

Memória descritiva esclarecendo claramente os trabalhos a executar (caso não haja processo de obras)

Peças desenhadas, contendo os seguintes elementos:

Planta de localização à escala de 1/5000

Peças desenhadas à escala 1/500 com a implantação da ocupação pretendida, com a caracterização do espaço público adjacente devidamente cotadas (passeios, arruamentos, praças, etc.)

Titular do alvará de construção (empreiteiro)

Declaração de titularidade de **ALVARÁ DE EMPREITEIRO** emitido pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, (IMPIC), com habilitações adequadas à natureza e valor da obra

Declaração da Empresa Detentora do Alvará de Construção ou Título de Registo (Mod. 347 CMCA)
ou

Documento em formato digital dependente de registo no IMPIC com subcategorias adequadas aos trabalhos executar

Declaração de titularidade do **CERTIFICADO DE EMPREITEIRO** emitido pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, (IMPIC), com habilitações adequadas à natureza e valor da obra

Declaração da Empresa Detentora do Alvará de Construção ou Título de Registo (Mod. 347 CMCA)
ou

Documento em formato digital dependente de registo no IMPIC com subcategorias adequadas aos trabalhos executar

Apólice de seguro de construção e comprovativo de pagamento, em vigor (recibo da última liquidação ou declaração da seguradora atestando a validade do seguro) - quando exigível

Apólice de seguro, em vigor, que cubra a responsabilidade pela reparação de danos emergentes de acidentes de trabalho e comprovativo de pagamento, nos termos previstos na Lei n.º 100/97, de 13 de setembro (deverá apresentar recibo da última liquidação ou declaração da seguradora atestando a validade do seguro)

Plano de segurança e saúde

Termo de responsabilidade

Prova da inscrição válida do técnico em associação profissional

Elementos de Gestão de Resíduos de Construção/Demolição, de acordo com a legislação aplicável

Termo de responsabilidade

Memória descritiva

Peças desenhadas

SUGESTÃO

O presente requerimento deve ser autenticado através de assinatura digital do requerente. Caso este não possua meios para autenticar digitalmente este documento, deverá proceder à sua assinatura em papel, digitalizá-lo e inseri-lo no CD.

As falsas declarações ou informações prestadas no seu preenchimento, integram o crime de falsificação de documentos, nos termos do artigo 256º do Código Penal.

Em caso de instrução deficiente do pedido o interessado será de imediato notificado, de acordo com o previsto no n.º 3 do Artigo 11.º do D.L. 555/99 de 16 de dezembro, para apresentação dos elementos em falta e pagamento das taxas devidas, nos termos do Regulamento Municipal em vigor.